

Sonegação, Irresponsabilidade Fiscal e a Mentira do Déficit da Previdência



Campanha do SINPROFAZ apresenta lista com os maiores devedores de tributos do país

Mentiras, quando repetidas várias vezes, podem se passar por verdades. Por exemplo, dizer que a Previdência está quebrada e que o trabalhador brasileiro precisa contratar logo um plano privado ou trabalhar até morrer. Outro engodo apresentado solenemente em todo pacote econômico é: para se fazer o ajuste fiscal, tem que apertar o cinto (do povo), aumentar impostos, cortar investimentos públicos e subir juros. Por fim, há também a mentira da sonegação como ato de autodefesa, normalmente propagada por quem tem cara de pau, ou de

pato, já que o cidadão brasileiro trabalhador e a maioria dos empresários não têm como se defender da sobrecarga tributária.

Exatamente por falta de fundamentos, as mentiras não se sustentam e um dia são desmascaradas. A Campanha Nacional da Justiça Fiscal – Quanto Custa o Brasil pra Você?, criada pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ, tem por objetivo denunciar essa irresponsabilidade histórica dos governos no trato da política fiscal e tributária do país, lançando luz sobre dois temas cruciais para o desenvolvimento sustentado do Brasil, mas que sempre são colocados em segundo plano: a reforma tributária e o combate à sonegação. Mas, vamos primeiramente analisar as farsas que lamentavelmente ilustram esse quadro caótico da macroeconomia brasileira.

A mentira do déficit da Previdência

Dizer que a Previdência Social está quebrada, mais do que uma mentira, é uma maldade com toda a população. Primeiro, porque os que propagam esse engodo nunca falam do Sistema de



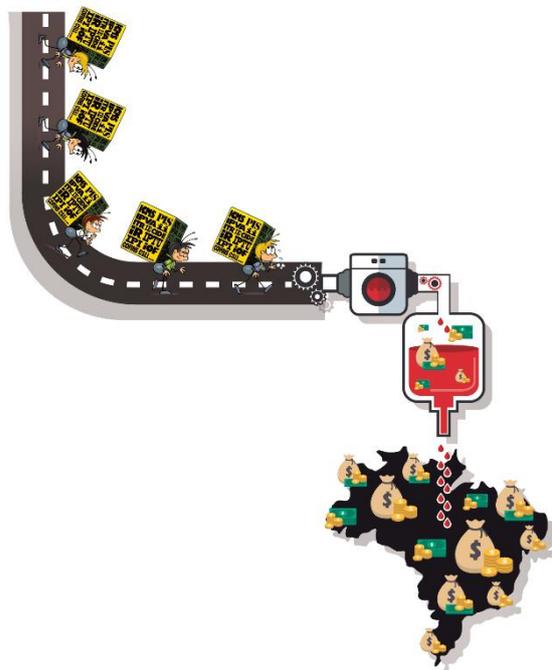
Seguridade Social, criado pela Constituição de 1988¹ e que inclui a Assistência Social e a Saúde como direitos do cidadão que devem ser asseguradas pelo Estado. Segundo, porque ao se computar as receitas e despesas desse sistema o resultado é superavitário e não deficitário¹.

Os recursos para manutenção da Previdência vêm do recolhimento na folha de pagamento de cada trabalhador e de outras fontes de contribuição social (PIS/PASEP, COFINS, CSLL, loterias etc). Já a Assistência Social e a Saúde Pública devem ser garantidas por recursos do Governo Federal, dos estados e municípios, conforme prevê a carta Constitucional.

No entanto, Por meio de um artifício legal, mas usado de forma imoral, denominado DRU (Desvinculação das Receitas da União), valores que obrigatoriamente deveriam ser destinados para garantir bem-estar e saúde à população mais pobre têm sido sistematicamente desviados por sucessivos governos para outras finalidades, principalmente para o cumprimento do chamado superávit primário, economia que o governo faz para pagar juros da dívida pública e engordar as contas de bancos e rentistas.

Esse desvio de recursos retira anualmente cerca de 20% do caixa do Sistema de Seguridade Social. Portanto, é o governo quem causa o déficit e não o trabalhador que contribui mensalmente com parte do seu salário e espera ter o direito de se aposentar garantido pelo

Estado.



Como se não bastasse, o governo simplesmente ignora o fato de haver mais de R\$426 bilhões em débitos previdenciários inscritos na Dívida Ativa da União. São grandes empresas, a exemplo da JBS (R\$2.339.921.534,56), da Vale (R\$596.763.723,14), do Banco do Brasil (R\$1.136.963.128,18), da Caixa Econômica Federal (R\$1.235.028.484,13) e do Bradesco (R\$674.931.260,19). Veja na tabela a seguir a lista completa dos 100 maiores débitos previdenciários.

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

100 MAIORES DEVEDORES PREVIDENCIÁRIOS

Fonte: DW/PGFN e INFORMAR; Extração em 23/02/2017

Posição	CPF/CNPJ Raiz	Razão Social	TOTAL DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA
1	92.772.821	S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - FALIDA	4.007.723.860,94
2	02.916.265	JBS S/A	2.339.921.534,56
3	60.703.923	VIACAO AEREA SAO PAULO S A	1.911.569.998,14
4	88.332.580	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - A	1.859.887.286,39
5	60.872.173	TRANSBRASIL SA LINHAS AEREAS	1.312.778.928,24
6	00.360.305	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.235.028.484,13
7	03.853.896	MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	1.149.774.636,15
8	00.000.000	BANCO DO BRASIL SA	1.136.963.128,18
9	00.309.542	INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE	845.556.508,17
10	60.498.417	SAO PAULO TRANSPORTE S.A.	816.249.669,99
11	60.967.551	INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE	783.788.847,83
12	92.773.142	ASSOCIACAO SULINA DE CREDITO E ASSISTENCIA RU	770.501.325,77
13	82.636.986	TEKA TECELAGEM KUEHNICH SA - EM RECUPERACAO	763.508.588,51
14	88.648.761	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	742.300.253,30
15	06.845.747	AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI SA	722.498.185,93
16	60.499.605	SIFCO SA	707.970.977,73

17	60.746.948	BANDO BRADESCO	674.931.260,19
18	01.243.305	DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL	630.878.190,61
19	50.109.271	DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE EM RECUPERACAO	626.825.307,00
20	46.395.000	MUNICIPIO DE SAO PAULO - PREFEITURA MUNICIPAL	610.738.435,49
21	06.274.757	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHAO	597.533.786,91
22	33.592.510	VALE S.A.	596.763.723,14
23	76.080.738	EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES	593.795.223,67
24	25.068.875	FRIGORIFICO MARGEN LTDA	572.457.617,91
25	52.311.289	MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS TA	537.874.218,91
26	46.761.730	SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA EM RECUPERACAO JUDIC	516.672.143,77
27	01.556.141	ENCOL S/A ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA	496.896.660,89
28	50.747.732	GAZETA MERCANTIL S/A	489.296.954,61
29	12.274.379	LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A	477.052.806,27
30	05.914.254	COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAER	475.890.203,32
31	60.409.877	PIRES SERVICOS DE SEGURANCA E TRANSPORTES DE	472.056.213,54
32	56.991.904	EMPRESA SAO LUIZ VIACAO LTDA	470.012.830,83
33	76.590.249	SET SOCIEDADE EDUCACIONAL TUIUTI LTDA	455.035.245,56
34	34.028.316	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	443.389.782,39
35	25.100.223	RODOVIARIO RAMOS LTDA	440.084.145,64
36	04.945.341	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	430.541.915,80
37	92.829.100	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRA	430.330.630,77
38	01.597.168	TINTO HOLDING LTDA	426.194.713,93
39	14.807.945	SANSUY S/A INDUSTRIA DE PLASTICOS EM RECUPERA	426.145.628,73
40	00.091.702	VIPLAN VIACAO PLANALTO LIMITADA	419.070.256,95
41	92.956.077	FUNDACAO DE ATEND SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRAN	406.348.740,92
42	05.058.458	MUNICIPIO DE BARCARENA - PREFEITURA MUNICIPAL	398.553.879,00
43	00.065.201	FUND. EDUCAC. DO DISTRITO FEDERAL - EM EXTINC	390.195.195,92
44	30.506.919	EBID EDITORA PAGINAS AMARELAS LTDA	383.860.568,15
45	46.020.301	SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO	380.653.144,07
46	59.104.422	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AU	377.605.681,54
47	86.445.293	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARIN	365.661.453,42
48	61.488.102	EMPRESA AUTO ONIBUS PENHA SAO MIGUEL LIMITADA	360.483.204,51
49	27.184.936	CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO	357.164.972,64
50	08.402.620	EIT EMPRESA INDUSTRIAL TECNICA SA	351.616.018,07
51	43.642.727	TELECOMUNICACOES DE SAO PAULO SA	344.335.803,93
52	27.175.975	VIACAO ITAPEMIRIM S.A.	343.823.189,45
53	30.664.064	TV MANCHETE LTDA	338.781.856,26
54	88.610.191	MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO	336.915.953,93
55	84.683.879	MASSA FALIDA DE BUSSCAR ONIBUS S.A.	336.790.396,72
56	04.654.447	VOGES METALURGIA LTDA	325.969.588,83
57	61.080.313	COBRASMA S A	321.958.615,93
58	15.009.178	USINAS ITAMARATI S/A	319.323.274,91
59	15.208.341	UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR	318.905.150,53
60	30.834.196	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUACU	314.048.492,58
61	57.014.854	VIACAO BOLA BRANCA LTDA	311.413.396,90

62	82.951.328	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	311.362.260,22
63	33.437.435	SATA SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO	304.756.955,16
64	88.302.328	VIACAO CANOENSE S A	288.802.205,58
65	66.495.110	FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA E OUTRO	287.961.687,43
66	04.365.326	MUNICIPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL	287.726.507,01
67	28.549.483	MUNICIPIO DE CABO FRIO - PREFEITURA	283.997.775,19
68	26.989.350	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	280.412.599,26
69	92.015.064	SEMEATO SA INDUSTRIA E COMERCIO	277.875.451,84
70	33.330.564	JORNAL DO BRASIL S A	276.398.565,84
71	61.472.676	BANCO SANTANDER BRASIL S/A	269.793.531,72
72	04.312.369	ESTADO DO AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO	261.445.408,02
73	61.541.645	EMPRESA AUTO VIACAO TABOAO LTDA - ME	258.984.448,48
74	92.749.217	ZIVI SA CUTELARIA	258.768.499,67
75	52.562.758	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOC	253.528.294,08
76	07.886.757	AUTARQUIA DE URBANISMO E PAISAGISMO DE FORTAL	250.641.195,89
77	33.540.014	UERJ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	250.286.538,12
78	45.992.724	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA	246.947.127,96
79	55.983.670	ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO	245.497.631,04
80	33.016.494	JOLIMODE ROUPAS S A	245.064.512,53
81	44.351.146	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR	238.749.967,65
82	17.162.082	MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A	238.530.811,24
83	45.353.547	USINA SANTA RITA S A ACUCAR E ALCOOL	237.863.507,69
84	00.418.160	COMPANHIA DE URBANIZACAO DE GOIANIA - COMURG	237.832.403,40
85	00.394.577	ESTADO DO AMAPA - GOVERNO DO ESTADO	234.101.157,10
86	02.613.026	FOBOS PARTICIPACOES LTDA	233.620.612,16
87	10.847.721	UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO	233.140.749,94
88	01.036.755	VIACAO ANAPOLINA LTDA	220.933.834,55
89	62.960.646	ASSOCIACAO DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL S	220.407.966,25
90	02.414.858	VALE VERDE EMPREENDIMIENTOS AGRICOLAS LTDA EM	218.897.953,39
91	62.576.459	ESTRELA AZUL - SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGUR	217.461.375,17
92	00.019.703	VIACAO PLANETA LTDA	217.330.524,39
93	44.995.595	ACUMULADORES AJAX LTDA.	217.067.172,90
94	51.885.242	MUNICIPIO DE CAMPINAS - PREFEITURA MUNICIPAL	216.846.930,56
95	72.111.321	ITAIQUARA ALIMENTOS S.A.	216.706.383,00
96	12.275.715	SA LEO IRMAOS ACUCAR E ALCOOL	214.793.593,32
97	31.608.763	FUNDACAO DE APOIO A ESCOLA TECNICA DO ESTADO	214.255.390,18
98	08.778.250	ESTADO DA PARAIBA / SECRETARIA DA EDUCACAO E	213.974.934,55
99	59.121.103	PRO.TE.CO INDUSTRIAL S/A	209.070.754,08
100	52.850.393	ITALO LANFREDI SA INDUSTRIAS MECANICAS	208.578.457,60
	-	TOTAL	50.401.314.363,16

Diante desse descalabro, ficam duas perguntas:

1ª Por que o governo não investe na estrutura de cobrança dessa conta que poderia garantir uma seguridade social digna para todo brasileiro, em vez de fazer o cidadão trabalhar até morrer sem se aposentar e ainda obriga-lo a pagar por assistência médica e social?

2ª Quem ganha e quem perde com a desintegração do Sistema de Seguridade Social do Brasil travestido de Reforma da Previdência?

A mentira do Ajuste Fiscal

Responsabilidade fiscal é o mínimo que se pode esperar de qualquer governo sério, independentemente do seu viés ideológico ou partidário. Isto significa administrar o país com uma política tributária justa, respeitando o princípio constitucional da capacidade contributiva², ou seja: quem ganha mais, paga mais, quem ganha menos, paga menos. Vale ressaltar também a necessidade de transparência, de eficiência e eficácia na aplicação dos recursos recolhidos, em favor de toda a sociedade e não de setores ou grupos privilegiados. Seguramente, não é isso que acontece no Brasil.

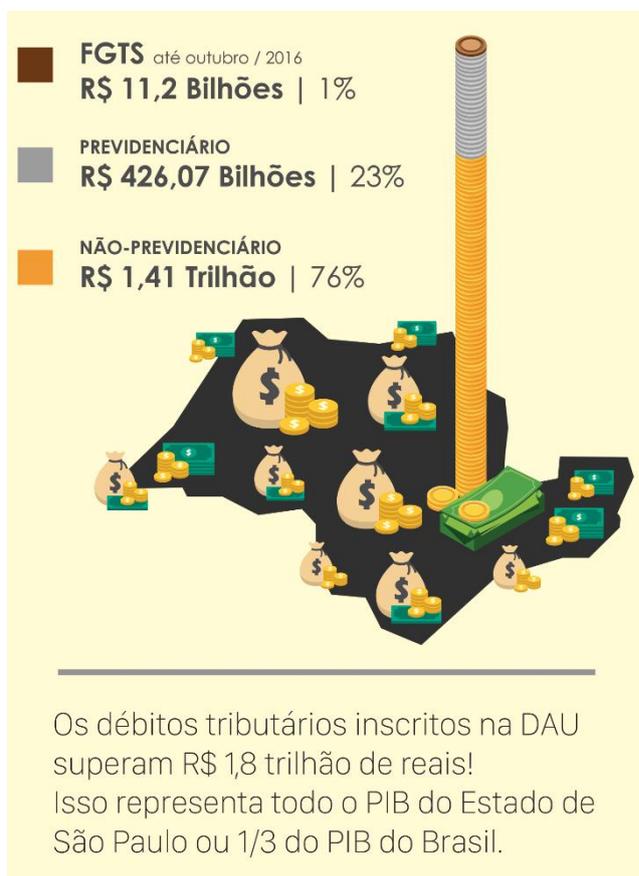
Pense bem: o que justifica uma taxa de juros celic de dois dígitos ou os juros do cartão de crédito superando os 400% ao ano? Qual é o país sério que reserva 46% de seu orçamento para pagar juros e apenas 3,44% para a Educação, 0,35% para Segurança Pública e 3,91 para a Saúde, para ficarmos somente nesses exemplos? Quem está lucrando, e muito, com isso? Quem está perdendo e pagando a conta?

O governo defende esse arroxó fiscal, que se traduz em desemprego e corte de investimentos públicos, dizendo que o país está quebrado, mas não revela para a sociedade que tem a receber mais de 1,8 trilhão de reais³ inscritos na Dívida Ativa da União. Esse valor astronômico, equivalente a toda riqueza produzida pelo estado de São Paulo em um ano⁴, torna-se a cada dia mais difícil de ser recuperado por falta de adequada estrutura de cobrança.

Quem mais deve, não paga

Que fique bem claro, há uma diferença marcante entre dois tipos de devedores da DAU. Qualquer pessoa física ou jurídica que deixa de pagar suas obrigações tributárias pode ser inscrita na Dívida Ativa da União e tem o nome incluído no Cadastro Informativo de Créditos não

Quitados do Setor Público Federal (CADIN). Estando nesta situação, o cidadão ou empresa não pode abrir conta bancária e nem fazer empréstimos em bancos, não pode utilizar o limite do seu cheque especial e fica impedido de participar de licitações públicas. Até a restituição do Imposto de Renda, caso esse contribuinte inadimplente tenha a receber, somente é liberada após o pagamento total do débito ou de seu parcelamento.



Mas, e quando esse “inadimplente” é poderoso o bastante para não se importar com a cobrança de seus débitos inscritos na DAU? Bem, aí estamos falando de pessoas e instituições muito poderosas, normalmente agraciadas pelo governo com seguidos parcelamentos especiais. Conforme explica Everaldo Souza Passos Filho, Procurador da Fazenda Nacional que atua na Coordenação-Geral da DAU, esses contribuintes optam por deixar de recolher o tributo para aplicar o valor no seu negócio ou no mercado financeiro. Quando descobertos pela fiscalização, aderem a um parcelamento especial, que concede grandes descontos - ou mesmo

remissão - sobre juros, multas e encargos legais. Alguns até permitem quitação de parte da dívida com a utilização de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa. Ademais, como os parcelamentos especiais estão se tornando cada vez mais frequentes, o devedor adere, paga algumas parcelas e depois se torna inadimplente. Quando a cobrança é retomada, logo surge outro parcelamento especial e ele repara o débito antigo, às vezes em condições até mais favoráveis. A expectativa no mercado, com base no empirismo, é de que a cada 3 anos é aberto um grande programa de parcelamento. Essas benesses acabam por tornar a sonegação atrativa”, conclui o PFN.

Nesse seleto grupo de devedores não raramente estão incluídos dezenas ou centenas de negócios registrados em nomes de “laranjas”. Eles contam sempre com o enorme volume de processos, com a morosidade da justiça e com o sucateamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão que tem por missão recuperar os títulos inscritos na DAU. Os

Procuradores da Fazenda Nacional (PFNs), que são advogados tributaristas concursados e altamente especializados, atuam numa competição desigual, sem carreira de apoio e com sistemas computacionais defasados frente às grandes bancas de advogados que defendem os maiores devedores e sonegadores do país.

Veja no quadro a seguir os 130 maiores débitos inscritos na DAU, somando todas as dívidas previdenciárias e não previdenciárias.

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO					
MAIORES DEVEDORES DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO					
Fonte: DW/PGFN e INFORMAR; Extração em 23/02/2017					
CNPJ/CPF Raiz	Razão Social	DÍVIDA NÃO PREVIDENCIÁRIA - SIDA	DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA - SIDA	DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA - INFORMAR	DÍVIDA TOTAL
33.592.510	VALE S.A.	48.840.138.498,28	-	596.763.723,14	49.436.902.221,42
44.764.595	CARITAL BRASIL LTDA (ex-Parmalat)	26.806.618.492,69	-	-	26.806.618.492,69
33.000.167	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	16.949.832.759,98	-	184.648.439,02	17.134.481.199,00
58.910.316	INDUSTRIAS DE PAPEL R RAMENZONI S/A	10.468.798.427,37	-	118.206.460,39	10.587.004.887,76
92.772.821	S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - FALIDA	4.956.523.837,38	-	4.007.723.860,94	8.964.247.698,32
60.703.923	VIACAO AEREA SAO PAULO S A	6.704.122.624,96	-	1.911.569.998,14	8.615.692.623,10
50.469.303	DUAGRO SA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES	7.045.881.111,81	-	923.124,24	7.046.804.236,05
03.300.070	PPL PARTICIPACOES LTDA.	6.596.368.824,24	-	-	6.596.368.824,24
60.746.948	BANCO BRADESCO SA	5.405.690.127,01	-	674.931.260,19	6.080.621.387,20
88.332.580	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	3.584.360.149,88	-	1.859.887.286,39	5.444.247.436,27
01.099.651	AMERICAN VIRGINIA IND E COM IMP E EXP DE TABACOS LTDA	4.607.689.380,42	-	12.256.094,45	4.619.945.474,87
02.161.598	CONDOR - FACTORING - FOMENTO COMERCIAL LTDA	4.355.277.927,60	-	-	4.355.277.927,60
28.937.704	COOPERATIVA FLUMINENSE DO PRODS DE ACUC ALCOOL LTDA	3.689.293.648,77	-	2.243,39	3.689.295.892,16
60.872.173	TRANSBRASIL SA LINHAS AEREAS	2.320.420.380,64	-	1.312.778.928,24	3.633.199.308,88
02.750.676	ITABA SERVICOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.	3.216.080.549,40	-	550.175,49	3.216.630.724,89
27.893.064	BETAFAAC ASSESSORIA E FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME	3.141.400.233,73	-	54.393,76	3.141.454.627,49
57.113.904	SCARPA PLASTICOS LTDA	3.100.890.235,47	-	34.160.406,49	3.135.050.641,96
07.358.761	GERDAU ACOS LONGOS S.A.	2.907.878.621,26	-	-	2.907.878.621,26
02.916.265	JBS S/A	477.426.205,16	-	2.339.921.534,56	2.817.347.739,72
17.157.777	BANCO NACIONAL S A EM LIQUIDACAO	2.760.205.935,77	-	7.234.499,25	2.767.440.435,02
49.647.647	ZIRCONIA PARTICIPACOES LTDA	2.617.049.836,63	-	5.889.743,21	2.622.939.579,84
61.695.227	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A	2.493.634.114,11	-	37.604.185,48	2.531.238.299,59
60.643.228	FIBRIA CELULOSE S/A	2.487.202.565,42	-	-	2.487.202.565,42
56.991.888	ENGESA ENGENHEIROS ESPECIALIZADOS S A	2.361.045.079,28	-	26.978.558,13	2.388.023.637,41
11.669.325	YMPACTUS COMERCIAL S/A	2.383.710.302,17	-	3.155,54	2.383.713.457,71

39.321.955	ASIA MOTORS DO BRASIL S.A.	2.361.725.841,34	-	161.869,63	2.361.887.710,97
02.286.974	RAGI REFRIGERANTES LTDA	2.319.275.506,68	-	21.847.332,03	2.341.122.838,71
67.276.923	UNIVEN REFINARIA DE PETROLEO LTDA	2.334.192.490,29	-	5.510.056,42	2.339.702.546,71
01.738.123	FRIGORIFICO PORTO LTDA	2.216.902.942,35	-	19.125.314,48	2.236.028.256,83
60.571.718	PLASTIVIP INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME	2.207.736.297,70	-	279.402,06	2.208.015.699,76
42.150.391	BRASKEM S/A	2.106.304.540,11	-	39.899.011,89	2.146.203.552,00
66.640.418	LEWISTON IMPORTADORA S/A. - ME	2.027.816.792,64	-	-	2.027.816.792,64
62.269.352	NEGOCIAL S/A ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES	2.005.763.322,46	-	-	2.005.763.322,46
96.288.881	PETROFORTE BRASILEIRO PETROLEO LTDA	1.944.800.780,38	-	24.459.895,31	1.969.260.675,69
01.556.141	ENCOL S/A ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA	1.433.459.785,33	-	496.896.660,89	1.930.356.446,22
02.421.127	NEW FICET INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS IMPORTACAO E	1.921.718.978,23	-	1.066.506,19	1.922.785.484,42
01.780.688	SERVER COMPANY COMERCIO INTERNACIONAL S/A	1.911.444.492,27	-	7.927.100,94	1.919.371.593,21
214.477.018	GABRIEL LEWI SESZEZ	1.908.851.706,15	-	-	1.908.851.706,15
360.077.908	CLEMENTE DANA	1.903.908.400,09	-	-	1.903.908.400,09
65.533.192	SUDAMAX INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS LTDA.	1.859.998.315,42	-	33.221.899,60	1.893.220.215,02
47.508.411	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	1.660.609.615,02	-	146.974.320,44	1.807.583.935,46
59.104.422	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES	1.288.785.165,62	-	377.605.681,54	1.666.390.847,16
60.659.190	ALFREDO FANTINI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.589.473.057,20	-	16.756.038,74	1.606.229.095,94
02.460.658	FRANCO FABRIL - ALIMENTOS LTDA	1.417.015.389,79	-	145.723.113,14	1.562.738.502,93
61.149.589	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E A	1.517.934.694,63	-	-	1.517.934.694,63
17.192.451	BANCO ITAUCARD S.A.	1.505.062.185,45	-	-	1.505.062.185,45
50.234.681	MILANO AGRO INDUSTRIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	1.491.141.815,02	-	5.697.616,24	1.496.839.431,26
19.900.000	CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A.	1.488.029.146,00	-	4.327.769,18	1.492.356.915,18
209.566.491	APARECIDA PAXECO SENNAS LOPES	1.468.123.293,97	-	-	1.468.123.293,97
48.119.143	MILANO DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LIMITADA	1.454.226.353,38	-	6.482.328,20	1.460.708.681,58
28.274.157	CIBRASA INDUSTRIA E COMERCIO DE TABACOS SA	1.371.877.582,92	-	32.627.257,57	1.404.504.840,49
33.050.071	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	1.360.711.879,41	-	41.786.303,11	1.402.498.182,52
16.628.281	SAMARCO MINERACAO S.A.	1.392.289.753,69	-	835.041,05	1.393.124.794,74
00.360.305	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	144.915.534,50	-	1.235.028.484,13	1.379.944.018,63
15.132.731	PAES MENDONCA SA	1.317.375.339,10	-	16.005.324,20	1.333.380.663,30
43.202.472	UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO -	1.141.661.782,90	-	158.165.402,14	1.299.827.185,04
03.853.896	MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	138.126.945,82	2.535.468,88	1.147.239.167,27	1.287.901.581,97
15.124.464	BANCO ECONOMICO S. A. EM LIQUIDACAO	1.282.408.211,25	-	-	1.282.408.211,25
09.041.699	INDEPENDENCIA S.A.	1.269.172.990,24	-	-	1.269.172.990,24
06.845.747	AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI SA	545.027.476,18	-	722.498.185,93	1.267.525.662,11
193.848.748	THOMEZIO CHELLI	1.251.466.558,62	-	-	1.251.466.558,62
33.050.196	COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	1.236.432.222,39	-	11.925.634,75	1.248.357.857,14

14.807.945	SANSUY S/A INDUSTRIA DE PLASTICOS EM RECUPERA	807.742.025,96	13.337.456,60	412.808.172,13	1.233.887.654,69
00.000.000	BANCO DO BRASIL SA	92.326.443,03	-	1.136.963.128,18	1.229.289.571,21
50.109.271	DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE EM RECUPERACAO	599.867.933,30	29.749.615,32	597.075.691,68	1.226.693.240,30
82.636.986	TEKA TECELAGEM KUEHNRIK SA - EM RECUPERACAO	453.602.001,99	14.585.728,03	748.922.860,48	1.217.110.590,50
00.329.265	RIO SENA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME	1.208.838.185,56	-	-	1.208.838.185,56
04.894.085	CERPA CERVEJARIA PARAENSE SA	1.106.549.964,96	-	102.269.683,22	1.208.819.648,18
88.610.191	MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO	871.707.759,38	4.332.592,53	332.583.361,40	1.208.623.713,31
60.850.518	HUBRAS PRODUTOS DE PETROLEO LTDA - ME	1.201.455.754,81	-	81.045,27	1.201.536.800,08
76.543.115	BANCO SISTEMA S.A	1.182.410.976,34	-	14.352.801,77	1.196.763.778,11
44.367.522	CERVEJARIA MALTA LTDA	1.132.675.267,94	-	54.808.183,11	1.187.483.451,05
01.615.814	UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA	1.139.226.518,22	-	45.639.516,57	1.184.866.034,79
33.453.598	RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.	1.182.539.026,89	-	-	1.182.539.026,89
46.761.730	SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA EM RECUPERACAO JUDIC	664.396.404,51	3.087.252,01	513.584.891,76	1.181.068.548,28
27.175.959	ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S A	1.021.325.915,15	-	144.016.021,23	1.165.341.936,38
12.274.379	LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A	667.235.825,93	55.657.391,37	421.395.414,90	1.144.288.632,20
60.499.605	SIFCO SA	429.849.205,72	382.420.751,08	325.550.226,65	1.137.820.183,45
12.277.646	COOP REG DOS PRODUTORES DE ACUCAR E ALCOOL DE ALAGOAS	1.132.698.934,85	-	-	1.132.698.934,85
50.564.053	BOMBRILO S/A	1.125.092.774,27	-	221.141,21	1.125.313.915,48
00.175.884	PETROSUL DISTRIBUIDORA, TRANSPORTADORA E COMERCIO DE CO	1.111.969.031,68	-	-	1.111.969.031,68
72.891.955	COTIA TRADING S/A	1.093.515.315,45	-	13.555.982,27	1.107.071.297,72
04.870.288	PLATINUM TRADING S/A	1.100.960.430,76	-	-	1.100.960.430,76
90.400.888	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1.069.424.190,96	-	8.765.531,03	1.078.189.721,99
02.671.880	ALFIO - INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS E FIO LTDA - ME	1.075.642.606,85	-	486.446,02	1.076.129.052,87
829.755.157	CRISTIANA MARINI RODRIGUES DA CUNHA BRITO	1.075.126.247,64	-	-	1.075.126.247,64
01.597.168	TINTO HOLDING LTDA	641.126.689,18	-	426.194.713,93	1.067.321.403,11
33.372.251	IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA	1.050.209.484,38	-	8.859.837,14	1.059.069.321,52
00.725.347	CONSTRUTORA GAUTAMA LTDA	1.057.068.050,53	-	-	1.057.068.050,53
68.881.150	PHOENIX INDUSTRIA E COMERCIO DE TABACOS LTDA.	1.052.662.083,28	-	-	1.052.662.083,28
33.042.730	COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	870.562.775,28	-	181.829.086,91	1.052.391.862,19
72.250.525	TURIS PASSAGENS E TURISMO LTDA	1.050.628.122,74	-	-	1.050.628.122,74
60.444.437	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	889.584.582,35	-	153.458.564,83	1.043.043.147,18
04.660.550	K2 INDUSTRIA COMERCIO E LOGISTICA EIRELI	1.039.733.676,85	-	-	1.039.733.676,85
15.009.178	USINAS ITAMARATI S/A	719.979.700,92	-	319.323.274,91	1.039.302.975,83
61.192.597	ITALMAGNESIO S A INDUSTRIA E COMERCIO	939.357.509,94	-	96.932.431,80	1.036.289.941,74
02.975.504	HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA	1.011.893.955,58	-	-	1.011.893.955,58
228.695.538	WALTER OMAR LASSERRE LIMARDO	978.243.052,78	-	-	978.243.052,78
17.469.701	ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	975.800.693,78	-	52.202,89	975.852.896,67
43.244.565	INDUSTRIAS NARDINI S A	685.456.594,68	-	283.607.477,80	969.064.072,48

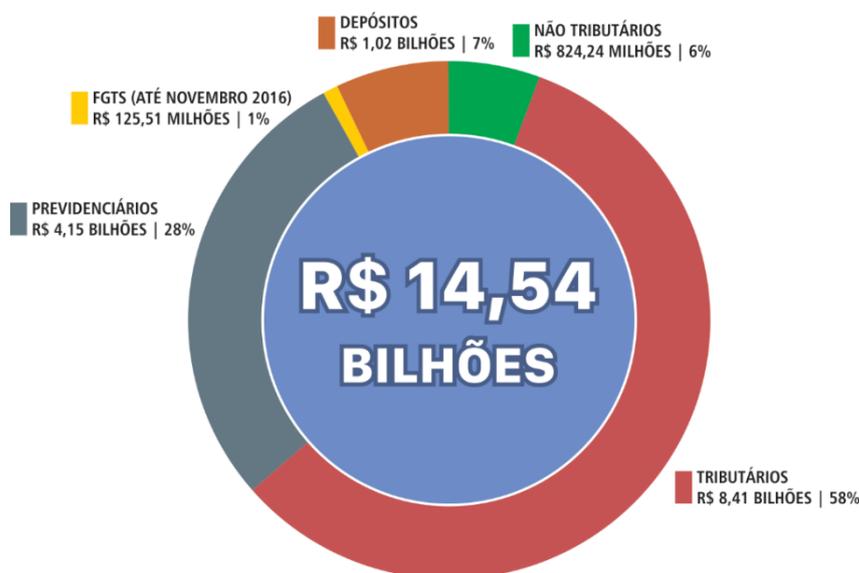
08.402.620	EIT EMPRESA INDUSTRIAL TECNICA SA	611.216.116,12	1.362.318,16	350.253.699,91	962.832.134,19
07.526.557	AMBEV S.A.	960.942.182,56	-	-	960.942.182,56
60.498.417	SAO PAULO TRANSPORTE S.A.	139.819.276,88	-	816.249.669,99	956.068.946,87
48.106.470	ENGEXCO EXPORTADORA S A	954.372.659,92	-	1.277.687,16	955.650.347,08
52.311.289	MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS TA	416.895.375,64	25.825.681,43	512.048.537,48	954.769.594,55
10.948.651	SPRINGER CARRIER LTDA	945.342.738,10	-	3.675.883,39	949.018.621,49
50.747.732	GAZETA MERCANTIL S/A	458.924.989,18	-	489.296.954,61	948.221.943,79
14.188.007	INDUSTRIA E COMERCIO REI LTDA	944.093.243,82	-	3.246.301,87	947.339.545,69
513.875.738	GETULIO MARTINS DO AMARAL	938.251.543,47	-	-	938.251.543,47
74.640.889	MONTE CRISTO PROPAGANDA E EVENTOS LTDA	931.487.107,54	-	-	931.487.107,54
61.068.276	UNILEVER BRASIL LTDA.	857.248.856,45	-	73.253.566,75	930.502.423,20
00.309.542	INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE	84.615.523,73	-	845.556.508,17	930.172.031,90
87.040.598	GERDAU INTERNACIONAL EMPREENDIMIENTOS LTDA -GRUPO GERDAU	911.577.599,85	-	-	911.577.599,85
45.997.418	COCA COLA INDUSTRIAS LTDA	897.514.848,49	-	791.584,01	898.306.432,50
62.136.254	BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	893.636.949,48	-	-	893.636.949,48
00.393.326	J H L PARTICIPACOES LTDA	888.610.233,85	-	-	888.610.233,85
473.910.657	PAULO ROBERTO CAMARGO	885.626.996,35	-	-	885.626.996,35
24.934.309	GRUPO OK CONSTRUCOES E EMPREENDIMIENTOS LTDA - EPP	832.819.873,61	-	50.146.776,95	882.966.650,56
33.268.079	DOVER INDUSTRIA E COMERCIO S/A	860.502.977,51	-	19.070.017,73	879.572.995,24
57.940.546	IBERIA INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.	812.264.197,31	-	55.501.166,38	867.765.363,69
33.066.952	VULCAN MATERIAL PLASTICO LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL	832.083.667,37	-	35.128.708,39	867.212.375,76
00.418.160	COMPANHIA DE URBANIZACAO DE GOIANIA - COMURG	628.195.885,68	179.953,37	237.652.450,03	866.028.289,08
33.000.118	TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	727.278.870,25	-	138.320.934,13	865.599.804,38
01.301.517	CIA SULAMERICANA DE TABACOS	854.629.696,04	-	1.209.130,72	855.838.826,76
76.080.738	EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES	253.469.997,87	11.688.938,93	582.106.284,74	847.265.221,54
02.920.449	N D COMERCIO LTDA	837.978.346,46	-	4.746.721,85	842.725.068,31
33.172.537	BANCO J. P. MORGAN S.A.	836.044.635,00	-	5.024.077,07	841.068.712,07
94.870.557	PRODUBAN SERVICOS DE INFORMATICA S.A.	835.175.555,56	-	-	835.175.555,56
08.070.508	RAIZEN ENERGIA S.A	829.162.324,35	-	-	829.162.324,35
05.914.254	COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAER	339.741.391,25	-	475.890.203,32	815.631.594,57
61.157.723	MOINHO AGUA BRANCA S A	810.874.421,34	-	-	810.874.421,34
	TOTAL	296.592.190.849,42	544.763.147,71	28.895.945.341,25	326.032.899.338,38

Se os grandes devedores são conhecidos e a recuperação desses valores seria suficiente para cobrir todas as contas públicas, e até permitir a redução da carga tributária, porque o governo não investe na melhoria dos instrumentos de cobrança da DAU? Será que tem alguém lucrando com isso?

Apesar de todas as dificuldades, o trabalho dos PFNs evitou, somente no ano de 2016, que o país perdesse mais de R\$692 bilhões em perdas fiscais, além de recuperar aos cofres públicos mais de R\$14,54 bilhões. Veja no gráfico.

RECUPERAÇÃO TOTAL

DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016



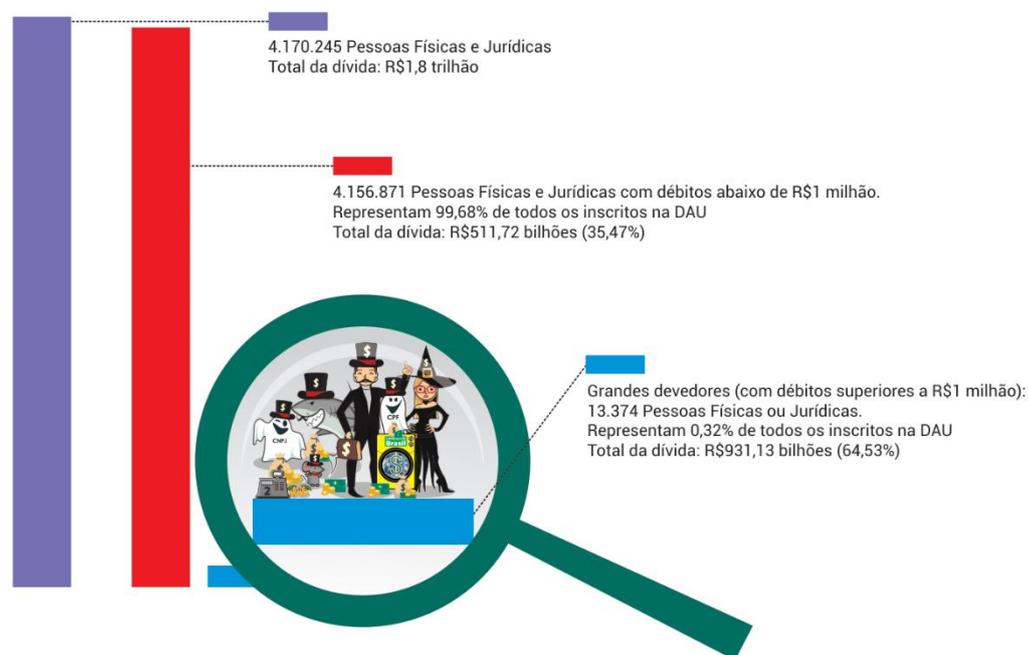
Fonte: PGFN em Números

Melhoria da cobrança

Na medida do possível, os PFNs têm conseguido implementar ações que impactam diretamente na melhoria do sistema de cobrança da Dívida Ativa:

- 1) Inclusão de Devedores no Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos (RDCC), submetendo-os a procedimento especial de diligenciamento patrimonial, protesto extrajudicial, acompanhamento de parcelamentos e de garantias;
- 2) Criação do Grupo de Operações Especiais de Combate à Fraude Fiscal Estruturada (GOEFF), com caráter essencialmente operacional e objetivo de trabalhar casos concretos de grande complexidade, envolvendo fraudes fiscais sofisticadas e de valores milionários. Somente em 2016, o grupo já empreendeu ações que atingiram o montante sonegado de R\$ 7,2 bilhões;
- 3) Aplicação do Protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa da União (CDA) é ato praticado pelo Cartório de Protesto de Títulos, por falta de pagamento da obrigação constante da referida CDA. O devedor é intimado pelo Cartório de Protestos para pagar o débito e, caso não o faça, será lavrado o protesto. Como consequência, o devedor sofre um abalo de crédito no mercado, em razão do acesso dos dados por entidades de proteção ao crédito, como o Serasa e o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC;

OS DEVEDORES



4) Inclusão do Devedor na Lista de Devedores da União e do FGTS: publicada no site da PGFN, confere transparência à Dívida Ativa da União e do FGTS. A divulgação pública dos devedores na internet, além de constranger o devedor, impulsiona o controle social e o consumo consciente, permitindo ao cidadão optar por adquirir bens ou serviços de empresas que cumprem suas obrigações trabalhistas e fiscais. Ressalta-se que há opção de consulta exclusiva para os devedores previdenciários. A Lista de Devedores encontra-se disponível no link <https://www2.pgfn.fazenda.gov.br/ecac/contribuente/devedores/listaDevedores.jsf>

Canal de denúncias

Até meados de 2017, a PGFN contará com um canal de denúncias, que permitirá ao cidadão apontar o patrimônio de devedores, muitas vezes oculto arditosamente por mecanismos fraudulentos. Além de envolver toda a sociedade no combate à corrupção e à sonegação fiscal, o canal de denúncias será mais um aliado na recuperação dos créditos da União. Também está em fase de conclusão o Grupo de Trabalho de Classificação do Crédito. Isso permitirá classificar os créditos inscritos em dívida ativa conforme seu potencial de recuperabilidade, o que facilitará a definição da melhor estratégia de cobrança para ser aplicada ao caso concreto.

A mentira da sonegação como autodefesa

Vamos começar por uma verdade: a carga tributária brasileira não está entre as mais altas do mundo, mas destaca-se entre as mais injustas, pois chega a fazer um cidadão trabalhar até cinco

meses para pagar impostos⁵. E mais: no supermercado, na farmácia, no posto de combustíveis, no ônibus, na escola, em tudo o que consumimos pagamos impostos que são embutidos nos preços de produtos e serviços. Importa esclarecer que essa forma de tributação pesa diferentemente no bolso do pobre em comparação com o bolso do rico. Por exemplo, ao encher o tanque de gasolina, todo brasileiro paga 53% só de tributos para cada litro adquirido. Assim, proporcionalmente, o custo dessa tributação é sempre maior no orçamento doméstico daqueles que ganham menos.

O que é preciso esclarecer é que a imensa maioria dos brasileiros não tem como se defender dessa sobrecarga. Não há artifícios que um cidadão médio possa buscar para pagar menos impostos, pois eventuais compras de produtos com algum desconto sem nota ou pirateados não vai representar praticamente nenhuma diferença em sua economia doméstica e ainda pode lhe causar outras dores de cabeça.



Ao olharmos para o painel do Sonegômetro, que em 2016 registrou mais de R\$539 bilhões sonegados, perguntamos quem foram os “espertos” que conseguiram se defender da tributação? Simples, quando percebemos que mais de 80% do dinheiro sonegado passou por esquemas sofisticados de lavagem de dinheiro.

Certamente não estamos falando de assalariados ou pequenos comerciantes que descobriram uma fórmula mágica de burlar o fisco. Ao contrário, podemos afirmar que somente uma minoria poderosa se beneficia das deficiências do sistema de fiscalização e cobrança de tributos. Dentre esses “espertos” que se autodefendem sonegando estão doadores de campanhas políticas, doleiros, operadores de caixa dois, laranjas, traficantes e toda sorte de bandidos travestidos de empresários. Enfim, é “gente fina”, “esperta”, como essa que está sendo cada vez mais desmascarada por ações de agentes públicos concursados, que atuam em defesa do Estado e do Cidadão, independentemente de pressões do governo ou de interesses de grupos de poder político e econômico.

Reforma tributária e combate à sonegação, já!

A sociedade brasileira não pode mais aceitar calada o discurso do arroxo que só aperta o cinto do pobre e da classe média, além de inviabilizar o setor efetivamente produtivo, pois a grande maioria dos empresários brasileiros anseia por uma política fiscal e tributária justa. Somente pela mobilização popular, de todos os segmentos sociais, será possível pressionar governo e Congresso Nacional a empreenderem mudanças inadiáveis para o país virar a página da injustiça fiscal, econômica e social.

Isso se traduz na construção de um projeto de Reforma Tributária sem remendos, mágicas ou jeitinhos, que garanta uma arrecadação condizente com a grandeza do Brasil, mas que respeite as enormes diferenças de renda da população.

É possível reduzir a carga tributária, sim. Contudo, mais importante que isso, é imprescindível redistribuir o peso da tributação, para que aqueles que ganham mais contribuam com mais e os que ganham menos paguem menos impostos.



Em paralelo à reforma tributária é preciso estabelecer uma nova política de Estado, não de governo, voltada para o combate à sonegação e para a recuperação da Dívida Ativa da União. Por fim, o que é uma obrigação de todo gestor público, mas que certamente deverá contar com um controle social mais rigoroso, diz respeito à fiscalização dos gastos e investimentos do Estado Brasileiro, pois o ciclo que alimenta a corrupção, o apadrinhamento de apaniguados políticos e a incompetência administrativa tem que ser interrompido.

O SINPROFAZ acredita que não está sozinho nessa luta e, sem nenhuma vinculação político-partidária, segue em frente promovendo a educação fiscal, a conscientização tributária e mostrando que a solução possível, necessária e viável está nas mãos de cada cidadão brasileiro.

Referências:

¹ Falácia do déficit. Disponível em: <<http://fundacaoanfip.org.br/site/2016/07/a-falacia-do-rombo-na-previdencia/>> Acesso em 20/03/2017

² Seguridade Social:

Art. 194 (Constituição Federal): A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

³ Capacidade contributiva:

Art. 145 § 1º (Constituição Federal): Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Constituição Federal de 1988 - Direito e Leis. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 26/02/2017.

³ PGFN em números – dados de 2016. Disponível em:

<<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/arquivos-de-noticias/PGFN%20em%20Numeros%202017%20V7.pdf>> Acesso em 26/02/2017.

⁴ PIB de São Paulo e dos demais estados. Disponível em:

<<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/11/cinco-estados-concentram-65-do-pib-sao-paulo-perde-participacao-9933.html>>. Acesso em 26/02/2017.

⁵ Dias trabalhados para pagar tributos. Disponível em:

<<http://www.ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/2465/DIASTRABALHADOS2016.pdf>>.

Acesso em 26/02/2017.